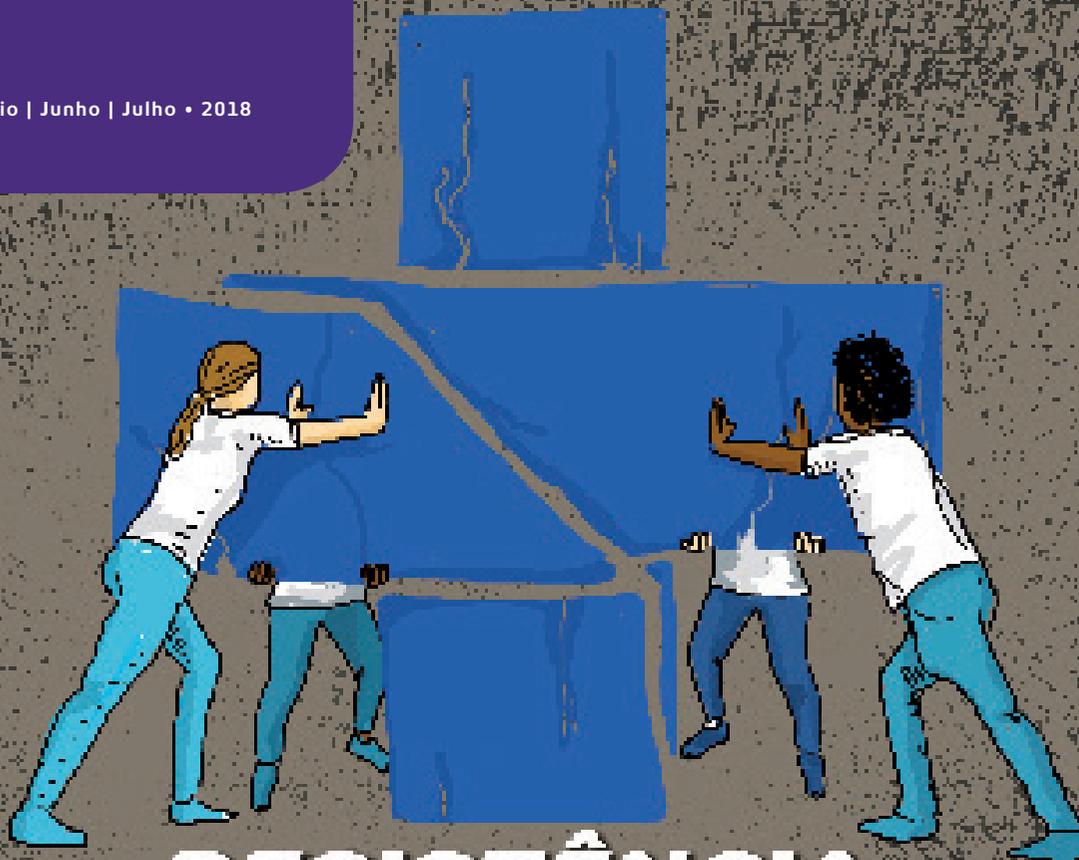




Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 192 • Maio | Junho | Julho • 2018



RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DESMONTE DO SUS

12

MATÉRIA ESPECIAL
A Psicologia do Esporte
e a Copa do Mundo

24

MUNDO MELHOR
Psicologia e questão racial no
Fórum Social Mundial

26

UM DIA NA VIDA
O cotidiano de uma psicóloga
dentro da Fundação Casa

**ORIENTAÇÃO | ESCUTA E DEPOIMENTO ESPECIAL**

Nova lei referente aos direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência é problematizada por entidades da Psicologia.

QUESTÕES ÉTICAS | MEDIAÇÃO NO CRP SP

Veja como está, na prática, a implementação da experiência de mediação nos processos éticos e disciplinares do Conselho.

AMÉRICA LATINA | VII CONGRESSO DA ULAPSI

A Costa Rica sediará, em julho, a sétima edição do encontro da União Latino-americana de Entidades da Psicologia.

MATÉRIA ESPECIAL | A PSICOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL

Em período de mais uma Copa do Mundo de futebol, vem à tona o papel, a história e os aportes da Psicologia do Esporte.

CAPA | A LUTA ANTIMANICOMIAL E O DESMONTE DO SUS

Psicólogas/os debatem a importância da resistência frente aos recentes ataques à Reforma Psiquiátrica e, mais amplamente, ao Sistema Único de Saúde.

SUBSEDES | FECHAMENTO DE MAIS UM MANICÔMIO

Sorocaba e região comemora a desativação do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, depois de anos de denúncias de maus tratos.

MUNDO MELHOR | FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018

Em artigo, psicóloga e educadora social conta sua vivência em atividades sobre a questão racial durante FSM realizado em março em Salvador.

UM DIA NA VIDA | ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Mônica dos Santos conta como é o seu cotidiano de trabalho como psicóloga dentro de uma Fundação Casa em São Paulo.

PENALIDADES ÉTICAS**ESTANTE | MURAL**

Livro do importante pensador pós colonial camaronense Achille Mbembe – “Crítica da razão negra” – é lançado no Brasil pela editora n-1.

4

7

10

12

16

21

24

26

29

30

**psi**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria**Presidenta** | Luciana Stoppa dos Santos**Vice-presidenta** | Maria Rozinetti Gonçalves**Secretária** | Suely Castaldi Ortiz da Silva**Tesoureiro** | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira**Conselheiras/os**

Aristeu Bertelli da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinas Jardim Falleiros, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima

Realização**Jornalista responsável** Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)**Reportagens e Edição** Gabriela Moncau**Direção de arte** Sergio Rossi**Capa** Sergio Rossi**Revisão** CRP SP**Impressão** Rettec Artes Gráficas**Tiragem** 100.000 exemplares**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvím, 89, Jardim América

Cep 05410-020 São Paulo SP

Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br**Informações** | info@crpsp.org.br**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br**Administração** | admin@crpsp.org.br**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br**Site**

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932**Baixada Santista e Vale do Ribeira**

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883,

3235-5047

Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370**Vale do Paraíba e Litoral Norte** |

tel. (12) 3631-1315

A PSICOLOGIA SEGUE EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

O dia 18 de maio de 2018 delimita os 30 anos do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, marco histórico dos Movimentos de Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica Brasileira na defesa intransigente da transformação do modelo assistencial em saúde mental iniciado no final da década de 1980. Deslocou-se a centralidade dos cuidados em saúde mental dos hospitais psiquiátricos para os então serviços substitutivos, que ao longo de três décadas se ampliaram, complexificaram e se consolidaram como serviços de saúde mental comunitários. Atualmente, segundo a portaria 3.088 de 2011 do Ministério da Saúde, são integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) brasileira.

Partindo desse pressuposto o CRP SP buscou nessa edição do *Jornal Psi*, ancorado no III princípio fundamental do nosso Código de Ética, reafirmar nosso compromisso social e de forma crítica explicitar os ataques sofridos pelas políticas sociais brasileiras, demonstrativo explícito de seu processo de desmonte. Nossa reportagem de capa aprofunda a discussão do ataque realizado à maior política social brasileira, o Sistema Único de Saúde (SUS). Concebido em meio à luta pela redemocratização brasileira durante os anos de Ditadura Militar o SUS, assim como a Reforma Psiquiátrica Brasileira, foi originado devido a um processo de construção social amplo representado pelo Movimento da Reforma Sanitária.

O processo de desmonte do SUS é um reflexo da inversão da lógica preconizada pela conquista obtida na Constituição cidadã de 1988: "Saúde é um direito de todos e dever do Estado". Os interesses agora vigentes apontam para a implementação de um Estado mínimo, preconizado pelo regime capitalista e neoliberal, em que a saúde se torna produto a ser consumido e comercializado pela iniciativa privada em detrimento das políticas públicas. Como consequência observa-se no cenário nacional o processo

de retirada de direitos e desestruturação de políticas sociais. As empresas privadas que atuam no campo da saúde passam a regular cada vez mais as relações, inclusive entre Estado e população, enquanto as políticas públicas são precarizadas, sucateadas e privatizadas. A qualidade do cuidado e da promoção de bem estar ficam subordinadas a interesses de determinados grupos que lucram com a precarização das políticas públicas.

O desmonte se agrava ainda mais à medida que outros poderes do Estado brasileiro são usados em seu benefício: para além do poder executivo, no âmbito legislativo a ação está em curso através da elaboração e aprovação de leis. Tais alterações incidem de forma nefasta sobre a saúde mental e a saúde pública em geral. Seja por meio de mudanças no orçamento como na promulgação da Emenda Constitucional 95, a chamada PEC do Teto, que limita os gastos públicos por 20 anos, ou pela aprovação de projetos de lei como a conhecida "Nova Lei Antidrogas" número 7663/2010, que está em tramitação na Câmara Federal e prestes a ser aprovada, com texto que legitima a internação forçada e a lógica proibicionista e segregacionista no campo da política sobre drogas.

Portanto, para o CRP e para a Psicologia tornou-se um imperativo a defesa do SUS e das políticas públicas. Esse cenário incide também sobre as condições de trabalho das/os psicólogas/os atuantes em uma das áreas que mais emprega psis no país e agrava de forma profunda a qualidade da assistência oferecida às/aos usuárias/os do sistema, com impacto direto na ação prática profissional e no cotidiano dos serviços de saúde.

XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo



AS CONTRADIÇÕES DA LEI 13.431/17 E OS IMPACTOS NA ATUAÇÃO DAS/OS PSICÓLOGAS/OS

Nova lei referente à escuta especial e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência é problematizada pelo Sistema Conselhos

Em abril entrou em vigor a Lei 13.431/2017, que implica em importantes alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/1990), referente aos direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A mudança tem repercussão direta na atuação das/os psicólogas/os, tanto na área da justiça quanto na rede intersetorial.

A nova lei define escuta especializada como o “procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade”. Depoimento especial, por sua vez, é “o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária”. A lei prevê ainda que o depoimento especial, além de gravado em áudio e vídeo, será transmitido em tempo real para a sala de audiência e que o juiz avaliará a pertinência de perguntas complementares.

A partir da Constituição de 1988 e do ECA, torna-se responsabilidade de toda a sociedade, da família e do poder público a garantia dos direitos das crianças e adolescentes no tocante à vida, saúde, alimentação, respeito, dignidade, cultura, lazer, educação e liberdade.

Quando vítimas ou testemunhas de violência, o ECA prevê sua inserção em medidas protetivas que variam de caso a caso, podendo ser apoio e acompanhamento temporários, requisição de tratamento na saúde, acolhimento institucional, inclusão em programa de acolhimento familiar, entre outras.

“De alguns anos para cá o ECA tem sofrido inúmeras modificações. Parte delas não contempla o protagonismo das crianças e adolescentes nas discussões e elaborações, do mesmo modo que os movimentos, entidades e militantes são excluídos”, critica a conselheira Mercedes Guarnieri, coordenadora do Núcleo Criança e Adolescente, membra da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Políticas Públicas do CRP SP.

“Tanto a prevenção quanto os cuidados que devem ser adotados às crianças, adolescentes vítimas de violência, assim como para a pessoa autora da violência, devem acontecer na rede de proteção, que é a rede intersetorial de políticas públicas (educação,

serviços da assistência social, da saúde, tribunais de justiça, entre outras)”, elucida Mercedes.

Uma das atribuições das/os psicólogas/os é a articulação desta rede de proteção junto às crianças e adolescentes, responsáveis e demais profissionais. No cotidiano da atuação profissional, com base numa conduta ética, a escuta psicológica é um dos principais instrumentos da Psicologia - utilizada nos mais diversos contextos, para a construção de vínculo e para a elaboração de laudos, avaliações e relatórios.

A escuta psicológica não é, portanto, a mesma coisa que escuta especializada ou depoimento especial. Em nota técnica CFP nº 01/2018, com vistas a orientar a categoria a respeito do tema e das mudanças impostas pela Lei 13.431/2017, foram sistematizados apontamentos em oito itens principais.*

A ausência de debates públicos durante a elaboração e aprovação do projeto que deu origem à lei

é o primeiro ponto da nota do CFP. Em seguida, a nota observa que o texto da lei não explicita qualquer relação com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, a rede de proteção ou as políticas públicas já existentes.

A falta de propostas de estratégias para prevenir e coibir a violência no texto da lei também é destacada pela nota do CFP. O risco da disseminação da prática do depoimento especial para além dos casos de violência sexual, a desconsideração a marcos legais já existentes e o silêncio em relação a alguns tipos de violência são outras críticas feitas pela nota.

“A Lei estabelece quinze direitos e garantias fundamentais importantes, no entanto, não estabelece mecanismos para o seu cumprimento, e, em alguns casos, propõe estratégias que contradizem esses direitos”, argumenta o texto. Como exemplo, cita que a criança e o jovem têm o direito de que sua intimidade e condições pessoais sejam protegidas. “Como garantir esse direito quando o suposto agressor e seu advogado têm acesso aos vídeos com os depoimentos da criança/adolescente?”, questiona a nota.

Ana Paula Hachich é psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça de SP e integra o Núcleo de Justiça do CRP

“O compromisso ético político da/o psicóloga/o passa pela construção e elaboração de políticas públicas de atendimento e de acompanhamento, que mantenham a criança e o adolescente como prioridade absoluta”

Mercedes Guarnieri

SP. Ao lembrar que “a história da Psicologia no sistema de justiça é longa e a perspectiva é de uma atuação que busque garantir o acesso à justiça e aos direitos sociais básicos”, ela reitera que a escuta da Psicologia deve sempre ter como objetivo o acolhimento.

“A importância da Psicologia no atendimento à pessoa vítima de violência se dá exatamente pela leitura da violência enquanto fenômeno multideterminado e pluridimensional. A violência sexual está relacionada ao histórico de dominação do patriarcado, em uma sociedade capitalista e racista, e não pode ser vista isoladamente”, evidencia Hachich, para quem a inquirição ou depoimento especial “não permite o aprofundamento do olhar psi sobre a dinâmica familiar em consonância com as questões sociais apresentadas”.

Além disso, complementa Ana Paula, o depoimento especial traz implícita a ideia de que “a privação de liberdade é método eficaz para a prevenção do abuso sexual, o que não se traduz em realidade e transmite a ideia de que a violência cessará com o aumento do encarceramento, sem produzir uma análise profunda da realidade”.

O CFP e o CRP SP têm longo histórico de posicionamento contra o depoimento especial, antes chamado de “depoimento sem dano”. Ainda que aparentemente concebido para a proteção de crianças e adolescentes, esse tipo de depoimento foi, ao longo dos anos, caracterizado pelo Sistema Conselhos como uma busca de coleta de provas para condenação criminal.

“A Lei 13.431/2017 não obriga as/os psicólogas/os a praticarem o depoimento especial, e se refere a ‘profissionais capacitados’, sendo que no Estado de São Paulo o Tribunal de Justiça compreende que estes/as profissionais são psicólogas/os e assistentes

sociais”, comenta Guarnieri. Para ela, através do depoimento especial, a criança, mesmo que não saiba, “estará exposta ao corpo jurídico e aos seus questionamentos que serão reproduzidos pelo ‘profissional capacitado’, não havendo como garantir que neste processo sua integridade psíquica seja mantida ou respeitada. Esta não é uma atribuição das/os profissionais da Psicologia”.

Recomendações

Para Mercedes Guarnieri, o compromisso ético político da/o psicóloga/o passa pela “construção e elaboração

de políticas públicas de atendimento e de acompanhamento, que mantenham a criança e o adolescente como prioridade absoluta, considerando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. A escuta especializada e o depoimento especial “não constituem atividade desenvolvida através de métodos e técnicas da ciência psicológica. São procedimentos previstos em lei e que não foram construídos pelas/os devidas entidades, movimentos, profissionais, nem com a participação de crianças e adolescentes”, orienta: “diante disto, não é recomendada às/aos psicólogas/os a atuação em depoimento especial (inquirição) e escuta especializada”.

Às/aos psicólogas/os que atuam com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, assim como junto

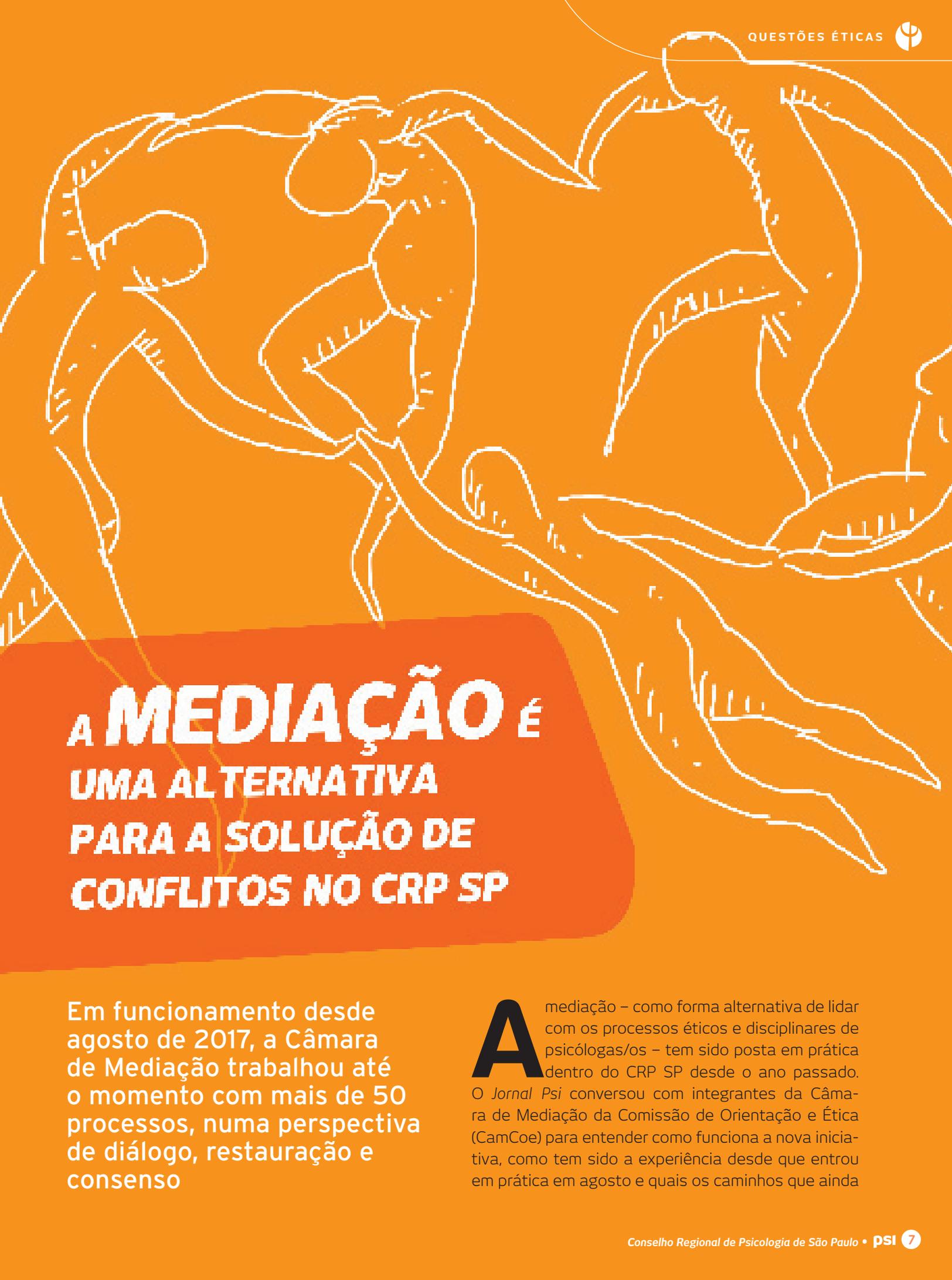
às suas/seus responsáveis, Hachich recomenda que todo exercício profissional seja “pautado em métodos e técnicas psicológicas, na abordagem teórica da/o profissional, nas legislações que tenham relação com essa prática e nas resoluções do CFP, ressaltando o Código de Ética”.



“A importância da Psicologia no atendimento à vítima de violência se dá pela leitura do fenômeno enquanto multideterminado”

Ana Paula Hachich

* Para ver a nota do CFP na íntegra, acesse: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf



A MEDIAÇÃO É UMA ALTERNATIVA PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO CRP SP

Em funcionamento desde agosto de 2017, a Câmara de Mediação trabalhou até o momento com mais de 50 processos, numa perspectiva de diálogo, restauração e consenso

A mediação – como forma alternativa de lidar com os processos éticos e disciplinares de psicólogas/os – tem sido posta em prática dentro do CRP SP desde o ano passado. O *Jornal Psi* conversou com integrantes da Câmara de Mediação da Comissão de Orientação e Ética (CamCoe) para entender como funciona a nova iniciativa, como tem sido a experiência desde que entrou em prática em agosto e quais os caminhos que ainda

precisam avançar para a instauração de uma cultura de mediação no Sistema Conselhos.

A mudança do paradigma para lidar com os conflitos acontece de acordo com a resolução CFP nº 07/2016. Substituindo uma lógica judicializante, a ideia é implementar a mediação como meio consensual e restaurativo na condução dos processos éticos. Assim, a resolução (elaborada e aprovada na Assembleia das Políticas, Administração e Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia - APAF) regula a criação da Câmara de Mediação da Comissão de Orientação e Ética (CamCoe) nos conselhos regionais. Também destaca-se a resolução CRP/SP nº 001/2016, que cria a Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CamCoe) do CRP SP e aprova seu regulamento.

Atualmente, qualquer pessoa que apresentar uma representação contra uma/um profissional da Psicologia e qualquer psicóloga/o podem solicitar a mediação de conflito em qualquer fase de tramitação do processo. Para que de fato se instaure a mediação, é preciso que ambas as partes concordem, a adesão é voluntária.

“Buscamos oferecer um espaço para o diálogo e o entendimento das perspectivas das/os envolvidas/os na situação que causou desconforto para a/o usuária/o e/ou para a/o profissional”, apresenta Fabiana Aidar da Silva, coordenadora adjunta da CamCoe. A ideia, explica ela, “é ressignificar o fato em si, pensando em conjunto qual a melhor forma de reparação que atenda a ambos, sempre tendo como pano de fundo a questão ética que envolve o Sistema Conselhos.”

“Cuidado com as relações”. É esse o significado da desconstrução proposta pela mediação, como sintetiza Aidar. “Vai além da ideia de certo ou errado, punição ou não, ampliando entendimentos e possibilidades de composição”. Conforme descreve, o foco está “sempre no futuro, sem assunção de culpa, mas com a possibilidade de se tornar responsável por aquilo que foi criado e aceito na mediação”.

A instauração da mediação no CRP SP

Em março de 2017 o CRP SP realizou o processo de seleção de mediadores independentes, concluído em

abril. A CamCoe é hoje composta por 11 mediadores e é coordenada pelo conselheiro Rodrigo Toledo, tendo Fabiana como coordenadora adjunta e Luís Saraiva e Ana Catão como membros do conselho consultivo.

Assim que um processo chega ao Conselho uma carta é enviada às/aos envolvidas/os, explicando o funcionamento da mediação, as/os convidando para optar por essa alternativa e propondo uma data para o encontro. Mediadoras/es da CamCoe fazem um contato via telefônico para tirar eventuais dúvidas e estimular a adesão à mediação.

A primeira experiência prática começou em 31 de

“A mediação pode ajudar na reflexão do conflito. As/os mediandas/os podem exercer sua autonomia para a resolução do conflito, e as/os mediadoras/es facilitam o diálogo”

Shirley Graff

julho do ano passado, quando foram selecionados 14 processos para serem trabalhados pela Câmara de Mediação. “Foi muito significativo para a formação da equipe. Temos mediadores com ampla formação e experiências de mediações em vários contextos, o que enriquece muito esta prática”, informa Aidar. “Aos poucos vamos construindo a identidade da mediação que possa atender da melhor forma possível a nossa demanda e nossa expectativa a longo prazo, mudando a lógica de judicialização para uma composição baseada no entendimento e respeito às decisões”, completa.

Dos processos que inauguraram os trabalhos, em quatro deles houve adesão à mediação. Destes quatro, três foram finalizados com acordos entre as partes. Até o fechamento dessa matéria a CamCoe já havia se debruçado sobre mais de 50 processos. Até o momento, dos que aceitaram o convite, doze processos finalizaram com composição entre as/os envolvidas/os. Atualmente os processos são repassados à CamCoe de forma contínua, não mais em blocos. Assim que chega um processo, dois/duas mediadoras/es são selecionados para acompanhá-lo.

O papel da/o mediador/a é facilitar que as partes em um processo compreendam as questões envolvidas no conflito, reestabeleçam a comunicação e, em

consenso, busquem soluções que sejam benéficas para ambos os lados, reparando eventuais danos e com vistas à restauração das relações.

Shirley Graff é psicóloga e compõe a equipe de mediadores independentes da CamCoe. Assim como as/os outras/os dez mediadores da CamCoe, o trabalho feito por Shirley é voluntário e acontece em atividades esporádicas. Seguindo o critério seletivo, as/os mediadoras/es são graduadas/os há pelo menos dois anos em curso de ensino superior e formadas/os em Mediação, seguindo os parâmetros do Conselho Nacional de Justiça.

A experiência de ser mediadora, para Shirley, tem sido enriquecedora por visar uma mudança cultural. “Podemos verificar que há um espaço novo construído no CRP SP, por meio do qual as pessoas envolvidas no conflito podem dialogar e escutar a versão da/o outra/o. Saímos do âmbito do escrito para o diálogo”, comenta.

“A mediação pode ajudar na reflexão do conflito. As/Os mediadoras/os podem exercer sua autonomia para a resolução do conflito, e as/os mediadoras/es facilitam o diálogo”, narra Shirley. Do que mais lhe marcou nesses meses de experiência prática estão “as repetidas falas das pessoas trazendo a importância desse novo espaço de diálogo e escuta dentro do Conselho de Psicologia de São Paulo”.

A experiência da mediação, na avaliação de Fabiana Aidar, visa uma co-responsabilidade do Conselho no sentido de não pensar em punição, mas em transformação. “Quando se oferece a mediação dentro do Sistema, pedimos para que todos se responsabilizem em cuidar e zelar pela prática da Psicologia com responsabilidade: Conselho, psicólogas/os e usuárias/os”, propõe. “A nossa prática prevê o diálogo e o entendimento, a mediação fala a mesma linguagem e valida todas/os as/os participantes na mesma medida”.

O desafio da adesão e da cultura de mediação

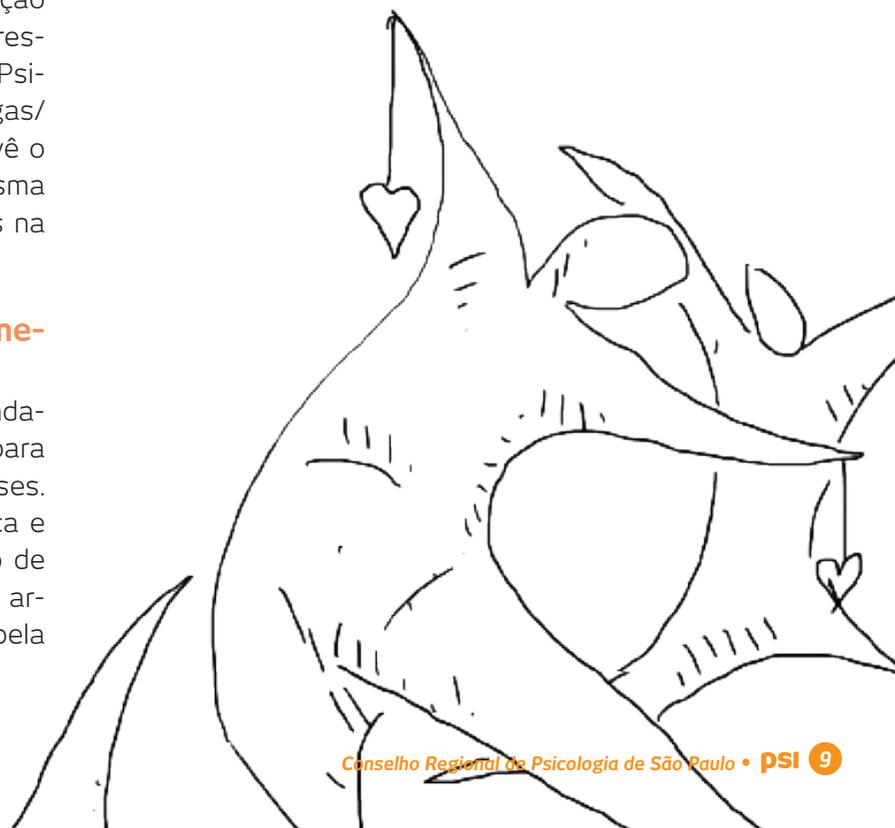
Atualmente há mais de 660 processos em andamento no estado de São Paulo. O tempo médio para que eles se concluam é de cinco anos e cinco meses. Rodrigo Toledo, presidente da Comissão de Ética e coordenador da CamCoe, entende que o tempo de tramitação dos processos éticos pode ser um argumento para que as/os envolvidas/os optem pela

mediação, cujo principal desafio é “enfrentar a lógica judicializante, fortemente reificada no imaginário social, quando o principal interesse, na verdade, é assegurar a qualidade dos serviços psicológicos prestados à sociedade”.

Uma das expectativas é de que a cultura da mediação mude também o olhar que a/o própria/o psicóloga/o tem, às vezes, em relação ao Conselho. “Ainda há muitas pessoas que acreditam que o Conselho está ali para punir. E quando a/o psicóloga/o compreende a ideia da mediação, vê que há no Conselho uma busca pelo cuidado das relações”, atesta Fabiana Aidar.

A maior dificuldade ainda é a mudança da cultura de litígio, o convencimento da importância e da efetividade da responsabilização por aquilo que se criou e por aquilo que será criado. Nessa direção Graff destaca, entre os passos a avançar, a necessidade da divulgação da prática da mediação e a realização dessa experiência nas subsedes do Conselho.

“Temos ainda uma barreira social em relação à aceitação da própria responsabilidade no entendimento do conflito e também em pensar alternativas para se cuidar dele. Desejamos sempre que o outro resolva nossos problemas”, detecta Aidar. “Quando construirmos esta cultura de mediação”, defende, “quando de fato percebermos os ganhos, que não são poucos, tanto no sentido social de refazer laços ou num menor tempo investido, perceberemos que o desgaste emocional também será diminuído”.





PSICOLOGIA LATINO- AMERICANA SE REUNIRÁ NA COSTA RICA

O VII Congresso da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) acontece entre 26 e 28 de julho

A Costa Rica sediará, entre os dias 26 e 28 de julho, a sétima edição do Congresso da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). Com o tema “Aportes a partir da diversidade e da equidade: Psicologia para a paz entre a pessoa, a sociedade e a natureza”, o evento reunirá psicólogas/os, pesquisadoras/es e estudantes de todo o continente.

“Esperamos que seja um espaço de debate para a Psicologia comprometida com as questões da América Latina e de diálogo a respeito da produção de conhecimento contextualizada a partir da nossa realidade”, comenta Inea Arioli, conselheira titular do Brasil no conselho deliberativo da ULAPSI.

Atualmente a ULAPSI é constituída por 61 entidades de 17 países, das quais 27 são brasileiras. Entre as organizações brasileiras, as reuniões virtuais são

mensais. Além do conselho deliberativo e do conselho executivo, a ULAPSI se organiza em grupos de trabalho (GTs).

“Na Costa Rica vamos apresentar uma pesquisa que está sendo feita pelo GT de Educação, entre Brasil, Cuba e México”, relata Arioli, que é também professora e coordenadora do Curso de Psicologia do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage). Hoje existem oito GTs da ULAPSI em atividade, sendo o mais recente sobre mulheres e interseccionalidades.

Para que ULAPSI?

A ULAPSI surge oficialmente em 2002 em uma reunião no México, onde se construiu a chamada Declaração de Puebla, que forma os fundamentos da articulação. No Seminário “Relações internacionais



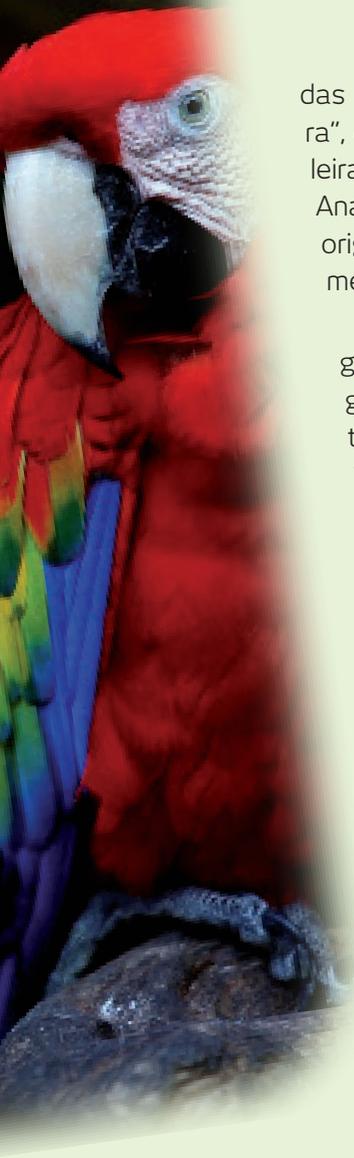
VII CONGRESSO
LATINOAMERICANO DE
PSICOLOGIA
ULAPSI - COSTA RICA 2018

CONTRIBUIÇÕES DA DIVERSIDADE E EQUIDADE: PSICOLOGIA
PARA PAZ ENTRE PESSOA, SOCIEDADE E NATUREZA

DE 26 A 28 DE JULHO DE 2018
SAN JOSÉ, COSTA RICA

SAIBA MAIS
CONGRESSOULAPSI2018.COM





das entidades da Psicologia brasileira”, organizado pelas entidades brasileiras da ULAPSI em abril, a psicóloga Ana Bock resgata a história que deu origem a essa organização latino-americana.

“Nós nunca tínhamos conseguido nos constituir como uma região”, caracteriza Bock, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, “o processo de manipulação do que chamamos império dos EUA – talvez a força maior para nos impedir esse sentimento de região – recaísse sobre todas/os nós da mesma forma”. Da necessidade de práticas que possibilitassem essa nova construção, cria-se a ULAPSI.

Entre seu rol de intenções, a ULAPSI nasce com a ideia de enfrentar o colonialismo. “Entendemos que a construção de uma identidade exigia esse combate ao sentimento de sermos colônia, nos sentirmos subjugados a uma força maior.

Era preciso ultrapassar um colonialismo cultural que nos dominava – nossos autores, nossas referências e bases”, afirma Bock, professora titular da PUC-SP. “Quando começamos a fazer Congressos, as pessoas citavam autores super importantes para aqueles países e a gente desconhecia”, ilustra.

“Não cabíamos na Psicologia dominante”

Uma das percepções que havia e que veio à tona também com a construção da ULAPSI era a de que existia uma Psicologia maior do que aquela reconhecida como dominante. “Nos anos 1980, 1990, nascia com muita força uma diversidade na Psicologia – abordagens teóricas, formas de atuação, a Psicologia comunitária havia inaugurado um novo campo”, rememora Bock.

“Um exemplo disso é o surgimento do SUS [Sistema Único de Saúde], posteriormente do SUAS [Sistema Único de Assistência Social]: inaugurava-se um

campo e a Psicologia rapidamente surge ali com muita força”, recorda Bock, ao destacar que antes desse período a temática das políticas públicas era pouco levada em conta pela Psicologia.

Para Ana Bock, a I Mostra de Práticas em Psicologia realizada em 2000 em São Paulo é um marco dessa nova etapa da Psicologia que pouco tempo depois fundaria a ULAPSI. A primeira leva de divulgação do evento foi um fracasso: apenas 30 trabalhos haviam sido inscritos. “Fomos então atrás das pessoas que estavam fazendo coisas relevantes, aquele que fazia trabalho com crianças em situação de rua, o outro que estava com os indígenas, um terceiro que trabalhava com uma rádio comunitária”, exemplifica Bock: “Todos explicaram que não inscreveram seus trabalhos porque aquilo não era Psicologia”.

A propaganda da Mostra foi, então, mudada. “Você que faz um trabalho aí e não pensa que é Psicologia, inscreva seu trabalho, vamos falar sobre o que é a Psicologia que acreditamos”, conta Bock. A Mostra reuniu, então, 1500 trabalhos, 3000 autoras/es e 15 mil participantes. “A Psicologia extrapolou aquela fronteira que tinha antes”, demonstra Bock. Assim, a ULAPSI responde à uma necessidade pela busca do reconhecimento e do diálogo com a produção da Psicologia latino-americana, já que “o que tinha antes passou a não mais servir”.

“É preciso pensar uma Psicologia mais ligada à nossa realidade, à cor da nossa terra, à textura do nosso cabelo”, defende Ana Bock, lembrando que para isso se faz fundamental “o aprendizado com o nosso semelhante: é preciso entender o contexto da nossa realidade para valorizar o conhecimento produzido localmente”.

O momento atual da ULAPSI, que se expressa no seu VII Congresso, é avançar nesse processo. Entre as temáticas latentes, Inea Arioli destaca os processos de violência de Estado, violência contra a mulher e as Comissões da Verdade que se instauraram nos países latino-americanos visando reconstruir suas histórias a partir da memória coletiva das ditaduras militares.

“Vivemos um momento delicado no Brasil. Mas não é apenas aqui”, observa Inea. “É fundamental discutirmos esses processos na América Latina e pensarmos a sua interface com a Psicologia, entendendo a transformação social que queremos também a partir de uma perspectiva de transformação das subjetividades”, defende.

EM TEMPOS DE COPA DO MUNDO, A PSICOLOGIA DO ESPORTE EXPÕE SUA HISTÓRIA

Ilustrações: Sérgio Rossi

Apesar de não ser acompanhado pelo investimento necessário, Brasil vê o crescimento da Psicologia do Esporte

Suécia, 1958. O mundo viu, pela primeira vez, o garoto de 17 anos que seria o maior jogador de futebol de todos os tempos. A Copa do Mundo que trouxe ao Brasil o primeiro título mundial contou com dribles e gols de Pelé, Garrincha, Didi, Djalma Santos, Zito, Vavá e Zagallo. Na final contra o time da casa, o placar de 5 a 2 marca não só a maior goleada em finais de Copa do Mundo até então, como também o mito de origem da Psicologia do Esporte no Brasil.

De 1958 para cá passaram-se cinco décadas e vinte Copas do Mundo. Depois do fatídico 7x1 que desclassificou a seleção brasileira frente à Alemanha em pleno Belo Horizonte na Copa de 2014, a equipe vai à Rússia para a nova edição da competição. O momento traz à tona os desafios referentes ao preparo emocional dos atletas e, mais amplamente, sobre o papel, a história e os aportes da Psicologia do Esporte no

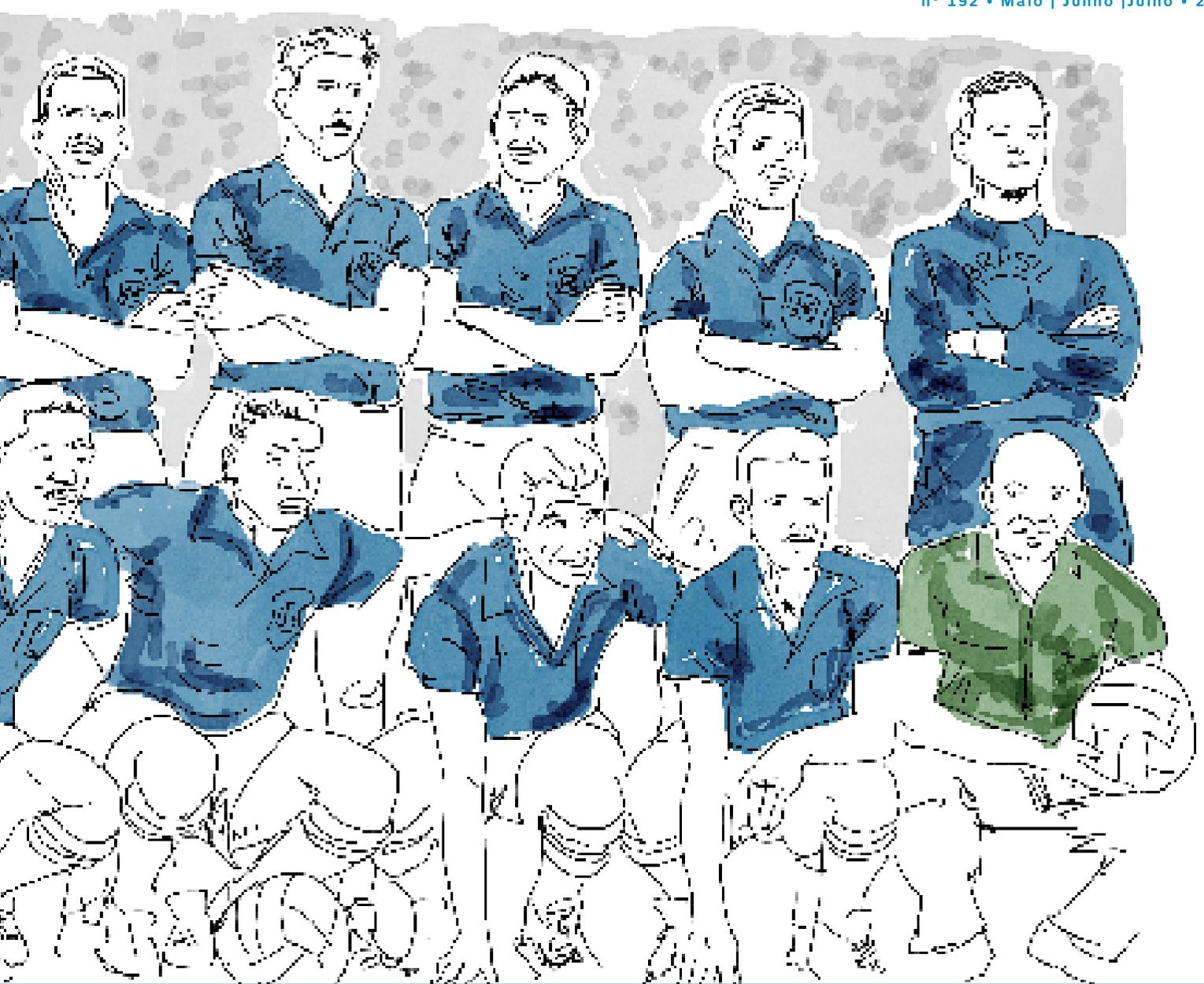
país. Será que foi mesmo em 1958 que esse campo da Psicologia nasce no Brasil? Rebobinemos um pouco.

A história da Psicologia do Esporte no Brasil

João Carvalhaes (1917-1976) foi o psicólogo da seleção brasileira da Copa de 1958. É considerado por boa parte da literatura como o pioneiro da Psicologia do Esporte por suas grandes contribuições à área, antes mesmo da Psicologia ser considerada uma ciência, reconhecimento que aconteceu em 1962.

Paulista de Santa Rita do Passo Quatro, Carvalhaes foi jornalista e psicólogo. Com o pseudônimo de João do Ringue, publicava artigos sobre boxe no começo da década de 1950. Na Psicologia, aplicou seus conhecimentos de psicotécnica na Federação Paulista de Futebol, em uma unidade de seleção de árbitros, no São Paulo Futebol Clube e na Seleção Brasileira de Futebol.





As manchetes dos jornais estampavam o estranhamento e o reconhecimento ao trabalho psicológico com a seleção campeã de 1958: “Não há jururus na seleção... Carvalhaes, peça útil na máquina da seleção”; “Como a psicologia ajudou o Brasil a ganhar a Copa de 1958?”; “A seleção seria campeã sem ‘doidões’ como Pelé, Garrincha, Gilmar?”. O compilado de manchetes é feito por artigo das psicólogas Cristianne Carvalho e Ana Maria Jacó-Vilela, *Psicologia do esporte no Brasil em dois tempos: uma história contada e uma história a ser contada*. As autoras constatarem que há registros de outras pessoas, fatos e informações significativos da relação da Psicologia com o Esporte antes da década em que Pelé brilhou.

A importância da atuação da/o psicóloga/o junto a equipes esportistas já era discutida no Brasil nos anos 1930. Uma prova disso são artigos encontrados por Carvalho e Jacó-Vilela em revistas, por exemplo,

da Escola de Educação Física do Exército e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (hoje, a UFRJ).

Em 1960 é fundada a Sociedade Internacional da Psicologia do Esporte, impulsionando a produção acadêmica que se expandiria na década seguinte. Os anos 1970 são marcados pela criação da Sociedade Brasileira de Psicologia do Esporte, da Atividade Física e da Recreação (organização constituída predominantemente por profissionais da Educação Física) e pela ampliação da atuação de profissionais em equipes de futebol profissional.

Em 1981, Porto Alegre sedia o I Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte. No artigo *A psicologia do esporte no contexto do Sistema de Conselhos*, Mônica d’Fátima Freires da Silva recorda que a primeira iniciativa de formação específica foi na Faculdade de Educação Física da FMU - Faculdades Metropolitanas

Unidas, que promoveu em 1994 uma especialização em Psicologia do Esporte. No ano seguinte, a PUC-RS criou o primeiro curso da América do Sul de pós-graduação em Psicologia do Exercício & Esporte.

Em 2002 o Instituto Sedes Sapientiae inaugura o curso de especialização profissional em Psicologia do Esporte, primeiro curso no Brasil a ser reconhecido pelo CFP. Em 2003 é fundada a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP).

Na década de 2010, narra Luciana Ângelo, integrante do Núcleo Psicologia e Esporte do CRP SP, um grupo de psicólogos é oficializado no Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e é criado o primeiro Grupo de Trabalho sobre o tema na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) – órgão do Sistema Conselhos.

A Psicologia do Esporte hoje

“Implicada em seus primórdios com aspectos mais biológicos, hoje, a Psicologia do Esporte vem estudando e atuando em situações que envolvem motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem-estar de atletas caracterizando-se como um espaço onde o enfoque social, educacional e clínico se complementam”. A descrição é da psicóloga Katia Rubio, mestra em Educação Física e doutora em Educação, no artigo *A psicologia do esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa*.

Marcos Gercino da Silva é psicólogo esportivo do Grêmio Osasco Audax, Programing e-sports e São Cristóvão Saúde/São Caetano. “Uma coisa fundamental no trabalho é a abordagem inicial: explicar aos atletas a função do trabalho, pois ainda existe preconceito por conta da falta de conhecimento”, conta.

O preconceito a que se refere Marcos pode ser exemplificado com as declarações feitas por Dunga, ex-técnico da seleção brasileira. Durante a última Copa do Mundo, o então técnico deu entrevistas criticando a imagem deixada por jogadores brasileiros por chorarem em campo e colocou em dúvida a eficiência do trabalho de psicólogas/os no futebol.

“Uma cena de choro como a do jogo contra o Chile pega mal no meio do futebol. Nós somos machistas, temos aquela coisa de que homem não chora”, disse Dunga: “Não sei se psicólogo resolve. Nada contra, mas dificilmente um jogador vai se abrir em cinco minutos. A primeira coisa que pensa é: será que ela vai contar ao treinador o que falei?”. Em nota de repúdio



às declarações de Dunga, o CRP SP critica seu “total desconhecimento do campo de exercício da Psicologia como ciência e profissão no contexto esportivo”.

A tranquilidade do ex-técnico da seleção brasileira em recorrer ao machismo presente no futebol para confirmar sua opinião é também uma mostra inegável de que as questões de gênero, tão presentes no debate público atualmente, atravessam também o esporte e a Psicologia do Esporte.

“Um debate que está latente, por exemplo, é a respeito da presença de atletas trans”, relata Victor Cavallari, também membro do Núcleo Psicologia e Esporte do CRP SP. Para ele, as discussões têm ocorrido de forma reducionista. “As pessoas não veem que escolher um argumento biológico é também assumir um posicionamento político ideológico”, comenta. “Essas manifestações no esporte refletem as características violentas e preconceituosas da nossa sociedade”.

Recentemente veio à público a denúncia de 42 atletas da seleção brasileira masculina de ginástica artística, que revelaram ter sofrido abusos sexuais cometidos pelo ex-técnico, quando eram crianças e adolescentes.

No tocante a orientações para atletas, familiares e psicólogos/os em casos de abuso sexual no âmbito esportivo, o Núcleo Psicologia e Esporte do CRP SP recomenda a leitura das “Onze dicas para que famílias e cuidadores garantam a proteção de suas crianças e adolescentes”, da Unicef Brasil. Entre os pontos, estão a garantia às crianças e adolescentes de serem ouvidos, a devida atenção às denúncias feitas pelos meninos e meninas e a exigência de todas as informações sobre cláusulas contratuais assegurando que estejam de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Outra orientação pós escuta é o Disque 100”, explica Cavallari. “Nós mesmos podemos fazer a de-

núncia. Em um caso em que participei, fizemos um relatório para o Conselho Tutelar e o caso já ser atendido no CRAS [Centro de Referência de Assistência Social]", conta. Luciana Ângelo destaca a importância de psicólogas/os se informarem sobre a responsabilidade que têm no campo do trabalho, consultando o Código de Ética, o Ministério Público e o Conselho. "É possível entrar em contato com o CRP SP, seja para fazer uma denúncia anônima, seja para pedir orientação", informa.

A presença de atletas trans, o investimento em modalidades femininas, os assédios e abusos sexuais, os espaços de poder e decisão na gestão do esporte são temas sobre os quais a Psicologia, na visão de Cavallari, deve contribuir de forma profunda. "Precisamos buscar meios de reduzir os sofrimentos das pessoas e contribuir de maneira mais efetiva para a garantia de acesso à prática esportiva", salienta.

Oportunidades de trabalho

Para Gercino, a ampliação das oportunidades de trabalho na área comprovam que a Psicologia do Esporte tem ganhado mais espaço. "Nas Olimpíadas de Londres de 2012 havia sete psicólogas/os junto com os atletas. Já nas Olimpíadas do Rio de 2016 esse número saltou para cerca de 40 profissionais", exemplifica. Mas pondera, ao dizer que as/os profissionais ficam "reféns dos incentivos do governo": "O governo federal fez um corte de 87% no orçamento do Ministério do Esporte de 2017 para 2018. Isso é um absurdo. Sem dizer o corte de 36% do valor do bolsa atleta. Se não há investimento para a/o própria/o atleta e para a estrutura do esporte, isso se reflete também para a/o psicóloga/o".

Investimentos em assistência psicológica continuada são feitos apenas na ponta da pirâmide, em atletas consagradas/os, "sem considerar a sustentabilidade do sistema com planejamento para o futuro", analisa Luciana Ângelo. Fatores como desenvolvimento de talentos, suporte à carreira de atletas e instalações são alguns dos que formam, para Luciana, "aquilo que permitiria desenvolver o esporte no Brasil de maneira plena e positiva, com entregas de valor para um maior contingente de pessoas, organizações e sociedade de modo geral".

Lais Yuri começou a trabalhar na Psicologia do Esporte há cerca de 10 anos e observa um crescimento da área. Atualmente, ela atende cerca de 120 atletas

entre 14 e 37 anos do Ituano Futebol Clube e trabalha também no Instituto Tênis, um projeto de incentivo ao esporte com foco em tênis de alto rendimento juvenil e profissional. "Com as Olimpíadas no Brasil em 2016 houve um aumento da demanda de atletas olímpicos por profissionais da Psicologia do Esporte. Mas não houve continuidade. Acabaram os patrocínios às/aos atletas e com isso acabou a contratação e remuneração de psicólogas/os", lamenta.

Copa do Mundo 2018

Com a chegada de mais uma Copa do Mundo e com a ainda fresca memória do 7x1, vem à tona debates a respeito da importância do equilíbrio emocional para o bom desempenho dos atletas e o papel da preparação psicológica. No entanto, Lais reforça que as contribuições da Psicologia do Esporte precisam ser entendidas para além de importantes momentos de decisão. "O trabalho da/o psicóloga/o do esporte é contínuo, de médio e longo prazo. Defendemos que nosso trabalho não seja requisitado apenas durante grandes eventos. Tem atletas que eu acompanho há seis, oito anos", atesta.

Mesmo em situação de Copa do Mundo, Marcos Gercino defende, como Lais, que a Psicologia do Esporte pode ajudar muito a seleção brasileira, desde que não seja vista como algo emergencial, mas "preventivo e inserido desde o início da preparação desse grupo de jogadores". A equipe técnica definida pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para acompanhar a seleção brasileira na Rússia, no entanto, não inclui psicóloga/o.

"Em situações como Copa do Mundo – o sonho de qualquer criança que inicia no futebol – entendemos que essa dobradinha, a importância do jogo com a incerteza do resultado, promove uma desregulação emocional, que pode causar falta de concentração, alteração do humor, nervosismo", narra Lais.

Em seu artigo, Katia Rubio aponta que a ansiedade tem sido estudada no esporte partindo de seus efeitos emocionais negativos. Porém, estudos feitos em Fisiologia e Psicologia têm demonstrado que um determinado tipo de ansiedade é necessário para a prontidão na execução de algumas tarefas. Esse estado é chamado de ativação. Para Lais Yuri, "a Psicologia do Esporte, para situações como de Copa do Mundo, ajuda a trabalhar que o fator emocional não atrapalhe, mas pelo contrário, colabore".



A LUTA ANTIMANICOMIAL RESISTE EM TEMPOS DE DESMONTE DO SUS

Ilustrações: Sérgio Rossi

Resolução aprovada pela Comissão Intergestores Tripartite do SUS, que prevê retrocessos na Reforma Psiquiátrica, faz parte de contexto mais amplo de ataques às políticas públicas

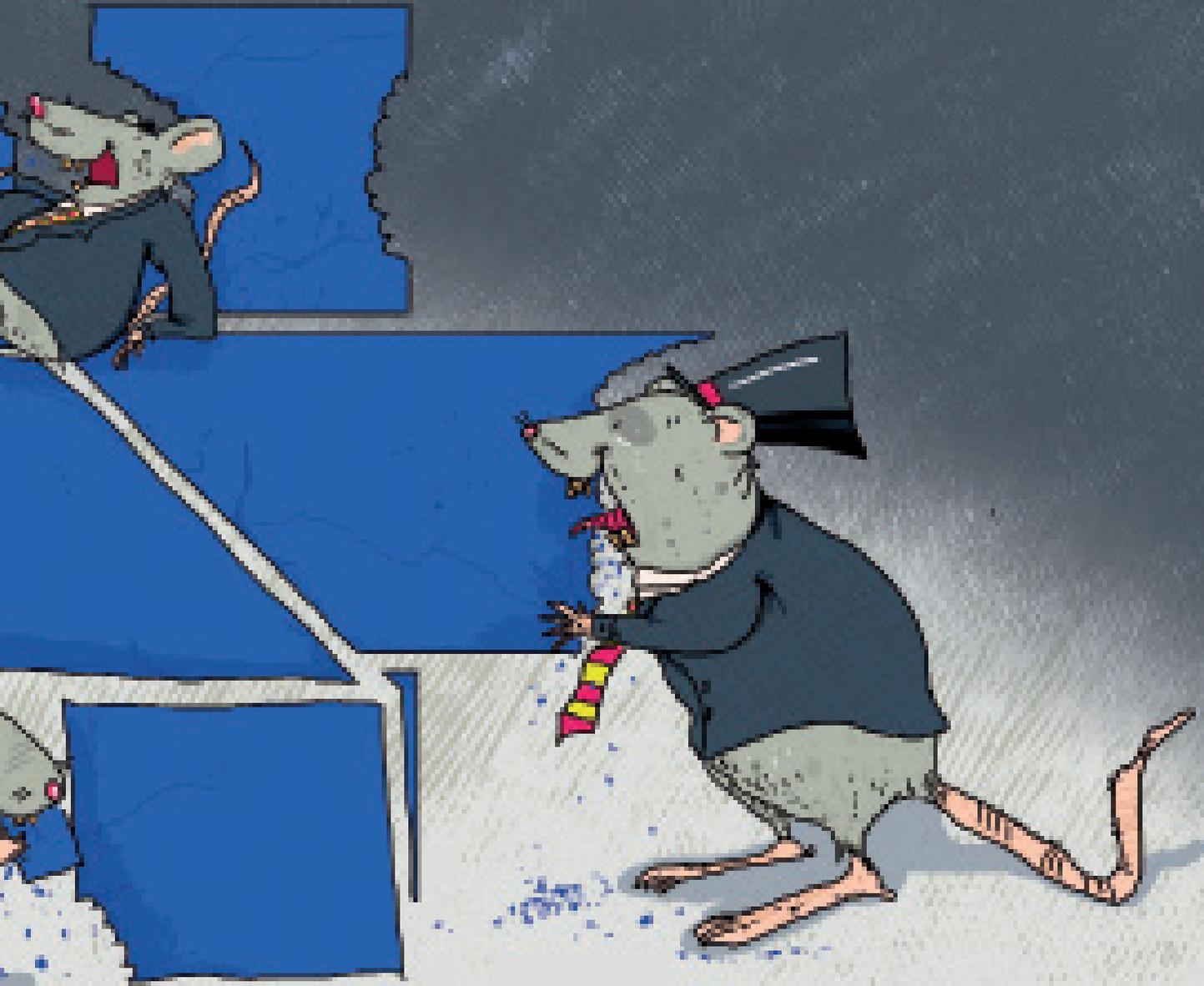
Empresários do setor de planos de saúde sentaram-se à mesa em Brasília, no dia 10 de abril. O nome do encontro: "1º Fórum Brasil – Agenda Saúde: a ousadia de propor um Novo Sistema de Saúde". Organizado pela Federação Brasileira de Planos de Saúde e com a participação do Ministério da Saúde, de deputados e senadores, a reunião defendeu a proposta de transferir recursos públicos do SUS para financiar a Atenção de Alta Complexidade nos planos de saúde particulares. A ideia de tirar dinheiro da saúde pública para empresários do mercado de saúde não é isolada.

No final de 2017, ao mesmo tempo em que se comemorava os 30 anos da carta de Bauru, marco da luta antimanicomial, uma canetada botava em risco aquilo a que se celebrava. Não adiantaram os apelos de profissionais, movimentos e entidades espe-

cializadas. No dia 14 de dezembro uma reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Sistema Único de Saúde (SUS) aprovou uma resolução com mudanças na política de saúde mental propostas por meio de portaria do Ministério da Saúde.

As diretrizes da resolução serão conduzidas pela Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CGMAD/MS). Apesar do Ministério da Saúde dizer que o objetivo é ampliar a rede de atenção, repúdios por parte de entidades da saúde, da Psicologia e do movimento antimanicomial alegam que a resolução rompe com a lógica de desestruturação de manicômios.





Entre os pontos mais polêmicos da Resolução nº XXX estão a criação de “Equipes de Assistência Multiprofissional em Saúde Mental”; a criação de nova modalidade de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); o reajuste do valor de diárias para internação em leitos psiquiátricos em hospitais especializados e o fortalecimento da parceria entre o governo e as Comunidades Terapêuticas.

“A maior ameaça à política de saúde mental desde que começaram as discussões sobre a Reforma Psiquiátrica”. Assim foi definida a resolução pelo psiquiatra Leon Garcia, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP, em entrevista concedida à Revista Fórum no dia em que foi ratificada.

“A resolução surgiu e foi aprovada sem nenhum processo de participação e discussão, desrespei-

tando os processos democráticos pelos quais a gente tem construído a implementação do SUS [Sistema Único de Saúde] e da Reforma Psiquiátrica”, constata Elisa Zaneratto, professora, coordenadora do curso de Psicologia da PUC-SP e militante da luta antimanicomial. A decisão, que recusa a posição do Conselho Nacional de Saúde e dos movimentos da Reforma Psiquiátrica, é, para Elisa, a expressão do momento em que vivemos. “A resolução se insere num contexto de ruptura com os mecanismos democráticos”, avalia.

Foco na doença ou no sujeito?

A respeito das chamadas “Equipes de Assistência Multiprofissional de Média Complexidade em Saúde Mental” que serão criadas, Elisa aponta que a ideia, por

“Uma nação ancorada nas heranças coloniais não pode abdicar de políticas de saúde que visem liberdade”.

Emiliano Camargo

ser produto de um processo no qual não houve discussão, é estranha à Psicologia e aos movimentos de saúde. O mesmo vale para a nova modalidade de CAPS.

“Para nós, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é composta por equipes da atenção básica, de CAPS, de Residência Terapêutica. A ideia dessa nova equipe anuncia algo que pode ser muito perigoso. Parece retomar um modelo centrado na doença e não no sujeito”, destaca. Isso significaria, na visão de Zaneratto, o retorno a um modelo de saúde mental ineficaz e cuja desconstrução – para constituir em seu lugar a RAPS – levou muito tempo.

A concepção de que o cuidado em saúde mental deve ter como foco a cura de uma doença é algo que os preceitos da Reforma Psiquiátrica propõe superar. “O foco no sujeito significa dar atenção à sua história e sua condição, a estimular a restituição das relações do sujeito com o seu território, enfim, o cuidado de um sofrimento a partir do cuidado também da relação com a sua comunidade”, explica Zaneratto.

O Brasil ainda tem aproximadamente 25 mil leitos em hospitais psiquiátricos, muitos dos quais as pessoas estão internadas há anos e expostas à violações de direitos humanos. O artigo da resolução que prevê o reajuste do financiamento de leitos em hospitais psiquiátricos representa, para entidades da luta antimanicomial, o abandono da ideia de fechamento progressivo de manicômios e o reconhecimento dessas instituições como parte da RAPS.

Para a psicóloga Clarissa Guedes, integrante do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), a RAPS se encontra “em grave risco”: “Os serviços substitutivos estão ficando sem orçamento. Há uma clara disputa de modelo de assistência, e nessa conjuntura o modelo manicomial, já considerado ultrapassado, ganhou mais força e investimento, tendo claramente o objetivo de lucro para os hospitais psiquiátricos”.

É nesse cenário que o Crepop está organizando uma pesquisa nacional a respeito da Rede de Atenção Psicossocial. “Seguiremos a metodologia de convidar psicólogos/os que atuam na RAPS para compartilharem suas práticas, desafios e estratégias”, explica Guedes. Depois do mapeamento por meio de questionário online, a pesquisa passará para sua parte qualitativa. “Nessa conjuntura de desmonte de políticas públicas e forte retorno à lógica manicomial, essa pesquisa ganha um lugar estratégico de defesa das políticas públicas de saúde mental antimanicomiais”, expõe.

As ameaças ao Sistema Único de Saúde

Emiliano Camargo, psicólogo e especialista em Psicopatologia e Saúde Pública, vê essa resolução como parte de políticas que vêm sendo implementadas de forma a colaborar “drasticamente” para o desmonte do SUS. “Essas políticas têm em seu plano de fundo uma intencionalidade de privilegiar o privado. O suposto ‘cuidado’ oferecido nos antigos e atuais manicômios é análogo aos ‘cuidados’ prestados pelas Comunidades Terapêuticas: ambos dialogam com interesses higienistas (na contemporaneidade um interesse do Capital), visando controle, medicalização, psicopatologização e lucro de grandes grupos comerciais privados e religiosos – muitos destes responsáveis pela administração das Comunidades Terapêuticas”, enfatiza.

O fechamento de leitos psiquiátricos em hospitais gerais conjugado com



a expansão das Comunidades Terapêuticas tem, para Camargo, dois efeitos principais. O primeiro deles é de caráter político-social. “O sujeito que está sendo cuidado em um leito psiquiátrico em hospital geral, está em um lugar *comum* da saúde, onde a grande maioria dos agravos são cuidados,

a única separação que há são alas ou leitos”, descreve Emiliano. “Quando esse sujeito é impossibilitado de estar em um lugar *comum* para estar em uma Comunidade Terapêutica, ele está retirado e impedido da troca com o diverso, e condicionado – compulsoriamente – ao lugar de parte, da exclusão, da distância, das franjas”, resume.

O segundo efeito é psicossocial. Para Emiliano Camargo, as Comunidades Terapêuticas não podem ser consideradas espaços de cuidado em saúde pois “ferem pressupostos básicos da saúde: ali não há médicos, as ofertas de cuidado se misturam com dogmas religiosos e a Rede de Atenção Psicossocial está distante, física e ideologicamente”.

Em nota, o Núcleo de Saúde do CRP SP alerta que as tentativas de desmonte

do SUS são o reflexo do avanço de uma lógica que privilegia os interesses de uma minoria pela manutenção e acúmulo de capital político e econômico em detrimento das políticas públicas. “Assim fica impossibilitada a garantia de princípios ideológicos (universalidade, integralidade e equidade) e organizacionais (descentralização, regionalização e hierarquização) preconizados pelo SUS e que visam garantir o direito de todas/os à saúde” ressalta a nota.

“Os Hospitais Psiquiátricos, as Comunidades Terapêuticas e as empresas que atuam na saúde suplementar, que possuem forte *lobby* no Executivo e no Legislativo, vão ‘nadando de braçadas’ às custas do sofrimento do povo brasileiro”, se posiciona o Núcleo de Saúde do CRP SP. Entre as políticas recentes que caminham nesse sentido, a nota destaca, como exemplo, a “Nova PNAB” (Política Nacional de Atenção Básica) que “flexibiliza o financiamento, o número de agentes comunitários de saúde e o padrão mínimo de serviços” e a Resolução XXX da saúde mental.

“Ainda temos o PL 7663/2010 que está prestes a ser aprovado e que legitima a interseção forçada e a lógica proibicionista e segregacionista, em sua ‘Nova Lei Anti Drogas’”, recorda a nota do Núcleo de Saúde, ao caracterizar que o “cenário é sombrio”: “Devemos combatê-lo”.

Fazendo um paralelo com o modelo de saúde implementado pela ditadura militar brasileira em que o Estado subsidiou o crescimento de hospitais privados, Elisa Zaneratto chama a atenção para a reprodução dessa política econômica, agora com a “manicomialização da assistência”. Assim, o investimento público em Comunidades Terapêuticas representa, para Elisa, de um lado a posição liberal do Estado com a recuperação do capital em um momento de crise econômica, e de outro, o incremento da política de guerra às drogas.

“É preciso pensar a política de guerra às drogas não só na dimensão da saúde, mas de forma mais ampla”, demonstra Zaneratto: “A guerra às drogas no Brasil é uma das políticas fundamentais do Estado para operar o extermínio e o encarceramento em massa da população negra, pobre e jovem do nosso país”. O modelo das Comunidades Terapêuticas – majoritariamente pautado na religião, no isolamento e na abstinência



– caminha no sentido oposto da redução de danos, defendida historicamente pela luta antimanicomial. A redução de danos “reconhece que não existe humanidade livre do uso de drogas e que a gente precisa garantir qualidade de vida e transformação na relação do sujeito com o seu entorno”.

Gastos em saúde pública

Em evento promovido pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) para debater os ataques ao SUS, estava entre os presentes o professor de Economia da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP, Áquilas Mendes. Em sua exposição, Áquilas declarou que o Brasil gasta com saúde pública 3,9% do PIB – recurso esse que deve baixar até 2036, prazo de duração da Emenda Constitucional 95/2016, de teto de gastos, aprovada pelo governo Temer.

Áquilas Mendes participa de um grupo técnico interinstitucional do financiamento do SUS (GTIF-SUS) com economistas e profissionais da saúde pública.

“Temos feito cálculos e estudado as perspectivas do impacto da PEC do teto. Fizemos uma projeção das perdas em relação à saúde simulando um IPCA de 4,5% e um crescimento de 2% do PIB ao ano, que é bastante otimista.

Com essas estimativas, a perda de recursos na saúde seria de aproximadamente R\$ 415 bilhões até 2036. O orçamento do Ministério da Saúde, nos últimos anos, foi de R\$ 100 bilhões, ou seja, em 20 anos vamos perder quatro orçamentos. Por isso, estamos indignados”, ressaltou Mendes.

A implicação da Psicologia

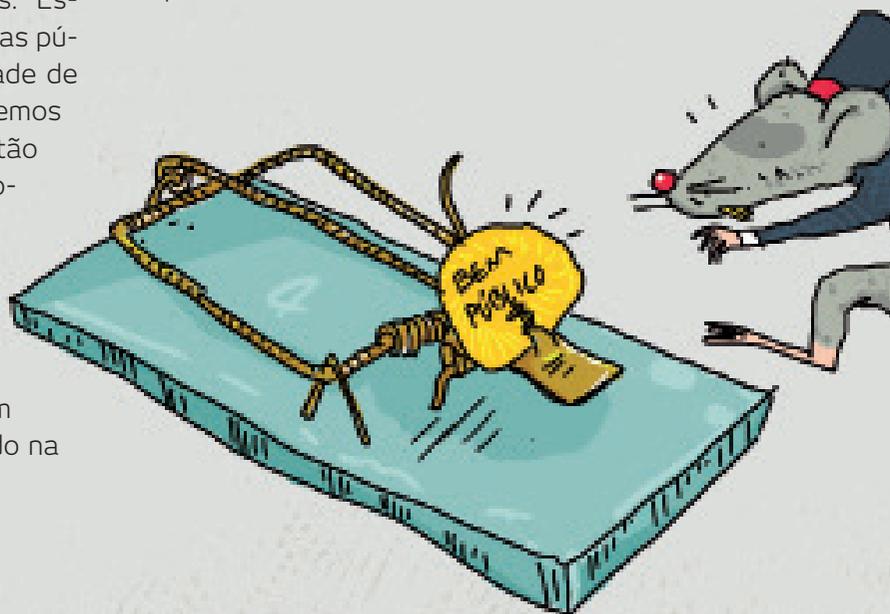
As/os psicólogas/os estão diretamente implicadas/os com esse cenário, de diferentes formas. “Estão implicadas/os porque atuam nessas políticas públicas em desmonte, o que afeta a possibilidade de um trabalho alinhado com as referências que temos construído na profissão”, pontua Zaneratto. Estão implicadas/os também, na opinião da professora e psicóloga, por conta do impacto desse contexto do ponto de vista do sofrimento das pessoas. “Lidamos com condições mais precárias de trabalho, com o recrudescimento de posições mais fundamentalistas, com relações pautadas pelo ódio, então tem uma série de mecanismos que vão se gestando na

nossa sociedade que dizem respeito à dimensão subjetiva”, considera.

A União Latino-americana de Entidades da Psicologia e o CRP SP, em nota pública de posicionamento, reiteram que a Psicologia deve “comprometer-se socialmente com saberes e práticas orientadas para uma atuação profissional que traduza cotidianamente a garantia, proteção, defesa e promoção de direitos humanos”, considerando os “processos de fomento e mediação da organização da população brasileira frente às violações postas atualmente”.

Emiliano Camargo, que é também mestre em Psicologia Social com projeto sobre saúde mental e a dimensão étnico-racial, defende que “uma nação ancorada nas heranças coloniais não pode abdicar de políticas de saúde que visem liberdade”. Uma saúde antimanicomial na contemporaneidade, aponta Camargo, “mira mudança das estruturas simbólicas e materiais que hierarquizam e humilham pobres, mulheres, crianças e idosos, homossexuais, negros/as, ‘loucos/as’, transgêneros, entre outros”.

A defesa dos direitos da luta antimanicomial e do SUS estão postas no campo de uma resistência que, para Elisa, se dará coletivamente. “Nesses anos de implicação da Psicologia com a construção de políticas públicas aprendemos muitas coisas. Uma delas foi sair do campo de um/uma profissional que atua isoladamente para um/uma profissional que atua em rede e está nos processos de participação social”, propõe Zaneratto, recordando que a luta antimanicomial faz parte de lutas mais amplas relacionadas à justiça social: “Assim faremos nosso papel nesse tempo histórico”.



Ilustrações: Sergio Rossi



ÚLTIMO MANICÔMIO

DE SOROCABA É FECHADO

*Movimento
antimanicomial
comemora o
fechamento
do Hospital
Psiquiátrico Vera
Cruz, depois de
anos de denúncias
de maus tratos*

Em março deste ano o hospital psiquiátrico Vera Cruz, de Sorocaba, foi oficialmente fechado. Com a desativação, a cidade de Sorocaba - que já foi o centro do maior polo manicomial no Brasil, com 2,7 mil pacientes - fecha oficialmente todos os seus hospitais psiquiátricos. A desativação do hospital, comemorada pelo movimento antimanicomial, fez parte do cumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2012 em Sorocaba, Salto de Pirapora e Piedade.

Firmado pela Promotoria Geral da República, o Ministério Público, Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e as prefeituras dos municípios, o TAC compromete as autoridades em acabar com a situação de negligência e maus tratos dos moradores de sete manicômios da região. Os gestores se



Fórum de Luta Antimanicomial de Sorocaba organizou relatório que denunciou maus tratos em sete manicômios da região.

responsabilizam, ainda, com a construção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) capaz de adequar o atendimento desses moradores de acordo com as diretrizes da SUS para o cuidado em liberdade.

O Hospital Vera Cruz teoricamente seria o último dos sete manicômios a serem fechados, mas há dois hospitais em Salto de Pirapora em fase de transição e um em Piedade que ainda não foi tocado. “Mas temos de festejar cada vitória”, afirma Ivana do Carmo Souza, coordenadora da Subsede de Sorocaba.

O fechamento do Hospital Vera Cruz e a própria assinatura do TAC são resultado de denúncias e mobilização social. Em 2011 o Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas) fez um levantamento – com base em indicadores dos bancos de dados públicos – a respeito dos hospitais psiquiátricos da região, coordenado por Marcos Garcia, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O levantamento mostrou que a indústria manicomial da região movimentava aproximadamente R\$60 milhões por ano.

“Vimos também que aproximadamente um terço dos moradores dos manicômios não tinha qualquer tipo de documentação e também que a carga horária dos funcionários dessas instituições era muito aquém do que a carga mínima que a legislação prevê”, relata Garcia.

Alta mortalidade nos hospitais psiquiátricos

Mas o que mais gerou repercussão do levantamento feito pelo Flamas foi relativo à mortalidade dentro dos manicômios. Foi constatada uma morte a cada três dias nos hospitais de Sorocaba e região. “A mortalidade era superior ao dobro dos outros manicômios com mais de 200 leitos no Estado. Num período de oito

anos, isso correspondia a mais de 800 mortes – somente nesses sete manicômios”, revela Marcos Garcia.

O relatório mostrou, ainda, que as mortes cresciam nos períodos mais frios. “Vimos que muitas mortes eram mal investigadas. Várias tinham como causa ‘parada respiratória’ ou ‘motivo indeterminado’, o que mostrava que sequer estavam claras as razões pelas quais as pessoas estavam falecendo”, conta Garcia.

Os dados geraram grande repercussão. Ainda em 2011 foi criada uma Comissão Especial de Vereadores da Câmara de Sorocaba que apurou as irregularidades denunciadas. Em 2012 as fiscalizações confirmaram a gravidade da situação e o Hospital Vera Cruz teve uma interdição cautelar determinada pela Vigilância Sanitária. Investigado por maus tratos e cárcere privado, o Hospital teve a direção transferida para a prefeitura de Sorocaba. Nesse ano o TAC foi assinado.

Em 2013 uma comissão formada pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Direitos Humanos, por representantes da prefeitura e da Justiça visitou os sete hospitais psiquiátricos da região. No ano seguinte a Secretaria de Saúde de Sorocaba interditou, com medida cautelar, o Instituto Psiquiátrico Dr. André Teixeira Lima.

O resgate da subjetividade

“O Hospital Vera Cruz é fechado em um momento que estamos passando de um retrocesso em relação à Reforma Psiquiátrica. Sabemos que houve, nesse governo golpista, a indicação de uma Coordenação de Saúde Mental comprometida com certa visão manicomial”, contextualiza Garcia.

O fechamento do Vera Cruz mostra, para Marcos Garcia, o quanto a lógica manicomial está equivocada. “Mostra o quanto essa lógica fez com que pacientes passassem dezenas de anos nesses locais tendo suas condições de saúde física e mental pioradas”, avalia, “enquanto a vivência na rede substitutiva é superior tanto em termos do cuidado prestado quanto em termos do próprio resgate, se a gente pode dizer assim, da subjetividade”.

“Muitos pacientes que saíram dos manicômios e foram para Residências Terapêuticas passaram a lembrar da vida que tinham antes, da cidade aonde nasceram, voltaram a fazer contato com a família”, conta o integrante do Flamas. “Vemos que essas

condições nos hospitais psiquiátricos inclusive correspondem a um período de dessubjetivação: as pessoas deixam de lembrar até mesmo quem elas eram”, afirma Garcia. “Essa gravidade tem a ver com um processo que é também político: uma lógica de exclusão e segregação que está sendo retomada. Então podemos usar esse caso para denunciar o retorno dos manicômios nessa nova política de saúde mental – que na verdade de nova não tem nada”, contesta.

Próximos passos

Como um dos próximos passos, a Subsede de Sorocaba do CRP SP afirma que manterá o apoio aos movimentos sociais antimanicomiais e fomentará ações que promovam a reflexão sobre o cuidado em liberdade e a construção de uma Rede de Atenção Psicossocial de qualidade.

“No movimento social costumamos nomear o que aconteceu até agora como desospitalização e não

pêuticas. “Muitas são irregulares e até clandestinas, e passam a funcionar como mini manicômios”, descreve. “São instituições que se apresentam como de cuidado para pessoas que sofrem com o uso abusivo de substâncias e que, contudo, têm servido a uma política social higienista”, caracteriza a psicóloga.

Em suas experiências de fiscalização de Comunidades Terapêuticas, Ivana do Carmo afirma ter observado repetidamente a internação de pessoas idosas, deficientes e com questões de saúde mental não relacionadas ao abuso de drogas. “Já tivemos caso de homossexual que foi internado involuntariamente como dependente e não passava de usuário eventual de maconha, mas como a família não aceitava sua sexualidade foi ‘resgatado’ e ficou internado, o que para nós não passa de verdadeiro rapto”, denuncia.

“O movimento antimanicomial vem crescendo em Sorocaba para além do Flamas, a gente acha isso muito positivo”, narra Marcos Garcia, citando cole-



Apesar dos recentes ataques à Reforma Psiquiátrica, coletivos do movimento antimanicomial de Sorocaba - como “Loucos pelo Mundo” e Flamas - seguem ativos.

desinstitucionalização, pois desinstitucionalizar vai além de tirar as pessoas de dentro do manicômio”, explica Ivana do Carmo. A desinstitucionalização envolve “a construção dessa rede de modo que ela seja efetiva e realmente dê conta do cuidado e da ressocialização desses cidadãos que por tanto tempo ficaram encarcerados e tiveram seus direitos cerceados”.

Outro desafio levantado por Ivana a respeito da região é o crescente número de Comunidades Tera-

tivos como o Loucos pelo Mundo, movimento que envolve usuários dos serviços de saúde mental e familiares. “A luta antimanicomial também se expande para outros setores, como por exemplo a luta contra a internação compulsória e a luta contra a expansão das Comunidades Terapêuticas”, elenca. Se o período é de retrocesso em vários campos, afirma Marcos, o fechamento do Hospital Vera Cruz é um sinal de que “os enfrentamentos estão sendo feitos”.



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, UMA EXPERIÊNCIA DE SENTIMENTO RACIALIZADO

Relato da vivência de uma mulher negra, psicóloga e educadora social no evento realizado na Bahia em março

Por Cinthia Vilas Boas*

Com o lema “Resistir é criar, resistir é transformar!”, a 13ª edição do Fórum Social Mundial (FSM) em março de 2018 promoveu transformações a quem estava aberta/o a esta possibilidade. Com a maior parte das atividades concentradas no Campus de Ondina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o grande evento foi de espaços de diálogos e convergências.

Um dos objetivos foi debater e definir novas alternativas e estratégias de enfrentamento ao neoliberalismo, aos golpes antidemocráticos e genocidas que diversos países estão enfrentando nos últimos anos. Com mais de 1500 coletivos, organizações e entidades presentes, o evento abriu e continuou diálogos entre povos, gerações, mulheres e homens, negros, indígenas e brancos.

Durante o terceiro dia do evento, na quinta-feira (15), estarecidos e indignados com a notícia do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, o público presente no FSM 2018 organizou uma onda de protestos.



Esta também foi a data em que o ex-presidente Lula participou da Assembleia Mundial em Defesa das Democracias, que reuniu cerca de 80 mil pessoas no Estádio de Pituaçu. Na manhã do dia 16 aconteceu a Assembleia Mundial de Mulheres, que reuniu mulheres de todo o mundo para debater feminismo e posicionar-se contra o feminicídio e o machismo.

As relações raciais foram tema forte, tanto na prática quanto na teoria. Era bonito de ver tanta gente diferente, mas ao mesmo tempo, com uma melanina mais preta e parecida com a minha. O evento contou com atividades em territórios distribuídos: em tendas, salas, cantos, praças e mentes.

Referências são essenciais para a compreensão das relações raciais, e a Psicologia caminha por um caminho de reconhecimentos, visibilidades e incômodo. Reconhecimentos porque está pontuando o tema e

se colocando no lugar e na história; visibilidade porque está nomeando pessoas que estão falando do tema; e incômodo porque sai do lugar do conhecimento e saber europeu e busca descolonizar o pensamento.

Kabengele Munanga, professor titular da USP e professor visitante sênior da UFRB, também esteve presente no FSM 2018. Ele defende uma postura epistemológica descolonizante e libertadora que se preocupe com a construção de um pensamento e de um conhecimento que rompam com as premissas de uma ciência que “nos” coloniza e ainda “nos” coloca na posição de objeto do discurso científico.

Um pensamento colonizado pode ser entendido como um pensamento invadido por pessoas que acreditam que somos todos iguais e que não existem diferenças, ou mesmo que a Psicologia é a mesma para todas as pessoas. Nós temos teorias e narrativas vivenciadas no corpo e na fala que quebram a produção de conhecimento clássico. Como diz, pontua e teoriza Djamilia Ribeiro, há lugares de fala. “Estamos falando”. Eu, mulher e psicóloga negra, junto com outras psicólogas negras, Célia Zenaide da Silva e Ivani Oliveira, desenvolvemos uma oficina e uma roda de conversa sobre a temática racial no fórum.

Roda de conversa sobre Psicologia e relações raciais

Esta atividade propôs um reflexão sobre a importância da implicação da Psicologia na garantia dos direitos humanos e na eliminação do racismo, reconhecendo que o fazer psicológico deve necessariamente levar em conta os efeitos que os aspectos psicossociais, culturais, econômicos e políticos têm sobre a construção de sujeitos e comunidades. As falas na atividade também chamaram a atenção para a violência que sofremos dia a dia, por sermos negros e negras nesse Brasil. A violência racial tem se tornado preocupação para um número crescente de psicólogos/os e estudantes de Psicologia.

A Psicologia engajada e organizada em conselhos regionais, instituições e entidades têm produzido discussões, debates e resoluções com o intuito de colaborar com o enfrentamento dos efeitos do racismo. Neste esforço de alterar a lógica hegemônica que deprecia e exclui boa parte da população negra, a Psicologia avança no entendimento de que o racismo já não pode mais se explicar apenas pelo viés da formação de classes sociais distintas que envolve grande parte de negros/os em solo brasileiro.

Oficina “Corpo Negro nos espaços: um direito corrompido”

A oficina foi montada e será carregada por nós a cada lugar que possamos apresentá-la de forma vivencial. Só tem sentido se for vivenciada no coletivo, pois cada pessoa dará o sentido e o significado único do tempo e momento. Dessa forma há maior possibilidade de expressões, de falas e sentimentos, quando a Psicologia acolhe os afetos e as produções de subjetividade frente ao sofrimento.

Logo após interações de poesias, seguimos para os desenhos e diálogos, depois as canções e movimentações corporais. A atividade foi finalizada com uma vivência, em que cada participante era colocada/o à frente de situações diversas, ampliando o repertório subjetivo com as questões do cotidiano.

Valorizando a troca de experiências em formato de oficina, pudemos refletir sobre a inserção da Psicologia na educação social e pensar em estratégias que podemos chamar muitas vezes de sobrevivência. Como fazer? Por que fazer? Assim, pensamos na organização do mundo a partir do nosso dia a dia, das histórias vividas, vistas, contadas. Contar ou ouvir histórias é também um modo de fazer ciência.

Os pensamentos que ecoam pós Fórum

Essas formas singulares de abordar a temática racial expõem – a partir dos relatos de participantes – a importância de compreender o fato de que ainda existem pessoas que dizem que suas/seus psicólogos/os não reconhecem a existência do racismo e, conseqüentemente negam seus efeitos na subjetividade de todas as pessoas.

“O branco de hoje não é mais o responsável pela escravidão, mas ele tem a responsabilidade de equilibrar a sociedade em que vive. Ninguém escapa do passado”. A frase é de Grada Kilomba, uma psicóloga e psicanalista, escritora e artista nascida em Portugal e que vive na Alemanha. Virgínia Bicudo, socióloga e psicanalista pioneira no Brasil a estudar relações raciais, afirmava que homens e mulheres se percebem numa sociedade racializada. Mulheres como elas nos levam a refletir sobre a possibilidade de uma psicologia antirracista.

** Mulher negra, psicóloga, integrante do Núcleo Psicologia e Relações Étnico-raciais do CRP SP e diretora de políticas sociais do Sindicato das/os Psicólogas/os de São Paulo.*



SER PSICÓLOGA DO LADO DE DENTRO DO MURO

O olhar atento na defesa dos direitos humanos marca o cotidiano de trabalho de Mônica dos Santos em uma Fundação Casa em São Paulo

Ilustrações: Sérgio Rossi

Acontecia um culto na Fundação Casa de Guaianazes, na zona leste de São Paulo, quando o plano foi posto em prática. Um buraco tinha sido aberto no muro dos fundos e por volta das 20h30 alguns dos adolescentes colocaram os agentes numa sala para fugir. Um grupo de 26 jovens conseguiu escapar, mas vários foram encontrados pela polícia pouco tempo depois. A cena aconteceu em abril do ano passado. No ano anterior, outra fuga tinha sido arquitetada por 35 adolescentes.

A história é recorrente. Não só nessa unidade mas em qualquer instituição que, à força, priva as pessoas de liberdade. Certa ocasião, Mônica presenciou a chegada na Fundação Casa de Guaianazes de um adolescente que, depois de fugir, tinha sido encontrado. Servidores da área da segurança gritavam, o ameaçavam. “Me aproximei, indaguei o que estava acontecendo e as ameaças cessaram. Depois registrei a situação, encaminhei para o superior hierárquico e também informei ao juiz responsável pelo acompanhamento da medida”, relata.

Psicóloga formada na Universidade Braz Cubas em Mogi das Cruzes, Mônica Marques dos Santos trabalha na Fundação Casa de Guaianazes desde 2011. Atende individualmente e em grupo cerca de 20 adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação, além de suas famílias. Alimenta as pastas dos adolescentes com os registros dos atendimentos, elabora relatórios para o Departamento de Execução da Vara Especializada e faz reuniões periódicas com profissionais de outras áreas.

A Psicologia está inserida na política socioeducativa, na visão de Mônica, para garantir o caráter interdisciplinar das intervenções com as/os adolescentes.

A Psicologia está inserida na política socioeducativa, na visão de Mônica, para garantir o caráter interdisciplinar das intervenções com as/os adolescen-

tes, retirando delas o caráter apenas punitivo. “As/os adolescentes precisam ser percebidas/os enquanto sujeitos que em razão da peculiar fase de desenvolvimento apresentam desejos, sentimentos, anseios e expectativas diferentes das/os adultas/os”, observa.

“Cabe à Psicologia garantir que as/os adolescentes sejam compreendidos em sua individualidade, daí a possibilidade de intervenções com as equipes para planejamento da rotina institucional visando ações mais adequadas”, defende a psicóloga, ao criticar serviços que visam a padronização de comportamentos e o aniquilamento das individualidades. “Os adolescentes não podem ser vistos enquanto massa passível de manipulações ‘psicológicas’ que os tornem dóceis e submissos. Seus direitos devem ser garantidos de forma intransigente”, reitera Mônica.

As grades afetam a saúde mental

Sem entrar no mérito a respeito da eficácia da privação de liberdade para a responsabilização e “ressocialização” de adolescentes autores de atos infracionais, fato é que a experiência de viver dentro de uma Fundação Casa traz impactos psicológicos próprios. Insônia, irritabilidade, perda de apetite, ansiedade e angústia são os sintomas mais comuns percebidos por Mônica nas/os adolescentes, como decorrência do sofrimento da privação da liberdade.

“A/O adolescente fica privada/o de suas atividades preferidas, do contato com amigas/os e passa a participar das atividades de forma coletiva tendo que

seguir regras muitas vezes opressoras”, descreve. A partir de seu cotidiano, Mônica acredita que o trabalho psicológico, ao partir de uma postura acolhedora e respeitosa, pode auxiliar a amenizar o sofrimento de jovens que vivem em privação de liberdade.

“Devemos demonstrar nosso apoio às/aos adolescentes acolhendo suas angústias e as de seus familiares, que também sofrem com essa situação”, propõe Mônica. Uma vez ela acompanhou um adolescente que foi conduzido, por determinação judicial, para uma avaliação psicológica no Instituto Rorschach. Foram mais de quatro horas de procedimentos de avaliação e o adolescente teria de retornar à Fundação Casa sem se alimentar. Mônica, ao sentir fome, foi até a lanchonete e buscou também um lanche para o rapaz.

“A senhora lembrou de comprar um lanche para mim?”, ele disse, espantado ao perceber que comeria um lanche diferente da alimentação servida na rotina da instituição. “O adolescente estava emocionado e feliz com a ação que para ele era incomum – ou mesmo impossível. Um carinho que o fez sentir-se querido e valorizado”, conta Mônica: “Uma simples ação humaniza uma trajetória”.

Remédios

Para Mônica dos Santos o estresse, a angústia e os conflitos diários decorrentes do aprisionamento muitas vezes são enfrentados pelos profissionais com a medicalização. “Atividades prazerosas e postura acolhedora das equipes resolveriam muitos casos, mas parece que o caminho mais fácil é medicar o adolescente para diminuir as queixas e os compor-

tamentos que nessas condições são mais que esperados”, avalia.

O Caderno de Debates das Visitas Institucionais à Fundação Casa de São Paulo foi elaborado pelo CRP-SP a partir de visitas a 27 unidades em 2015 e 2016, com o objetivo de conhecer a prática psi no sistema socioeducativo paulista. “Em duas unidades – uma masculina e outra feminina – foram expressivos e detalhados os relatos de supostas torturas e, em uma unidade feminina da capital, houve o relato de uma adolescente sobre o fato de estar recebendo medicação psiquiátrica contra a sua vontade, mesmo depois de já ter solicitado aos responsáveis da instituição a interrupção de tal prática”, aponta o documento, disponível no site do Conselho.

Redução da maioria penal

Em contexto de ano eleitoral e polarizações políticas tramita no Senado a PEC 33/2012, que prevê a redução da maioria penal de 18 para 16 anos e deve ser votada em breve. De acordo com pesquisa Datafolha divulgada no início desse ano, o apoio à redução da maioria penal para crimes graves aumentou de 25% da população brasileira em 2015 para 36% em 2017.

Na contramão do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a redução da maioria penal representa para Mônica uma tentativa de “destruir anos de luta contra a desigualdade social e o massacre dos considerados descartáveis por nossa sociedade hipócrita”.

“O CRP-SP está avançando no objetivo de aproximação e diálogo com a Fundação Casa, visando discutir algumas diretrizes na construção de políticas públicas para adolescentes e na defesa do ECA, reafirmando uma atuação da Psicologia em prol da proteção integral, que os coloquem como prioridade absoluta, sempre num posicionamento crítico, inclusive em relação ao racismo estrutural, à criminalização da pobreza e à patologização/medicalização das identidades e comportamentos”, se posiciona o Conselho em nota.

Como um dos frutos desses diálogos, o CRP-SP realizará, junto a psicólogas/os da Fundação Casa rodas de conversa sobre direitos humanos e ética, além

de oficinas sobre documentos escritos e uma vídeo-conferência sobre avaliação psicológica.

“Quando rejeitamos nos enquadrar nos moldes da punição – que é na verdade a alma das medidas socioeducativas de privação da liberdade – abrimos possibilidades para atingirmos a alma humana”, destaca Mônica. “Ofereço a minha humanidade e empatia, me emociono com o sofrimento dos adolescentes e seus familiares e busco caminhos possíveis para utilização da única ferramenta que possuo: eu mesma – entregue de corpo e alma à missão quase impossível que é humanizar essas relações intramuros”, define. “Adoro quando sou reconhecida nas ruas por egressos que se apressam para me abraçar!”, relata: “É como eles costumam dizer: respeito por respeito!”

“A redução da maioria penal é uma tentativa de destruir anos de luta contra a desigualdade social e o massacre dos considerados descartáveis por nossa sociedade hipócrita”.

Mônica dos Santos



Foto: Jorge Moraes



Violência e sociedade: racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade

O livro é resultado de cursos acerca da violência de Estado e sua intersecção com o racismo, fruto da parceria entre a Clínica do Testemunho, do Centro de Estudos

em Reparação Psíquica do Instituto Sedes Sapientiae e o Instituto Amma Psique e Negritude. A publicação é organizada por Maria Lucia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz e Augusto Stiel Neto.

Crítica da razão negra

A n-1 lança, pela primeira vez no Brasil, livro do importante pensador pós colonial, Achille Mbembe. Camaronense e professor de História e Ciência Política na África do Sul e nos EUA, Mbembe aborda a formação identitária negra, as novas políticas de justiça, reparação e o combate à repressão racista do Estado. "Neste ensaio ao mesmo tempo erudito e iconoclasta, Achille Mbembe empreende uma reflexão crítica indispensável para responder à principal questão sobre o mundo contemporâneo", descreve a contracapa do livro: "Como pensar a diferença e a vida, o semelhante e o dessemelhante?"



Viver em áreas de risco

O livro de Mary Jane Paris Spink – professora de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC-SP – traz reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais a partir de estudos de caso de moradias em áreas de risco.



Histórias afro-atlânticas

No marco dos 130 anos da Lei Áurea, o Museu de Arte de São Paulo apresenta nove exposições que se referem não apenas ao processo de escravização das populações africanas no Brasil, mas também às trocas culturais e artísticas entre os povos do Atlântico. A mostra principal, "Histórias afro-atlânticas", conta com obras do século 16 até os dias atuais e tem curadoria do diretor artístico do MASP Adriano Pedrosa, do artista Ayrson Heráclito, dos antropólogos Hélio Menezes e Lilia Schwarcz e do curador Tomás Toledo.



MURAL



Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas

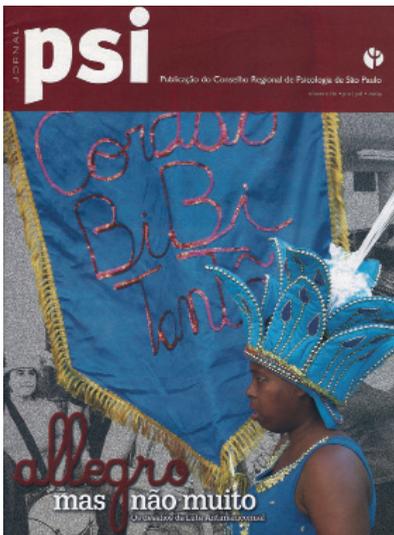
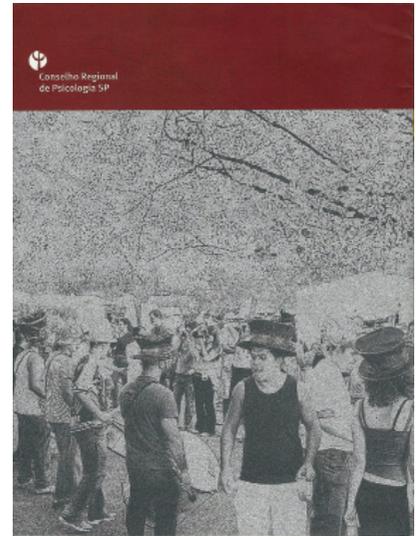
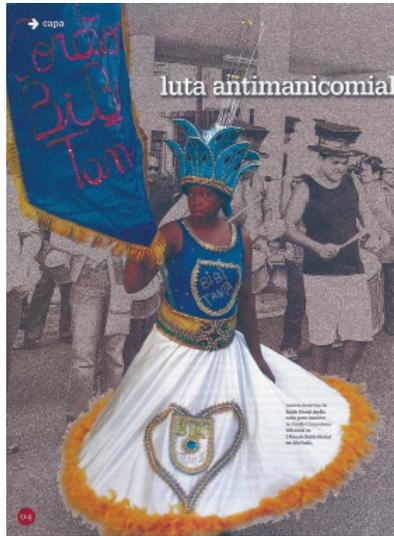
A conjuntura brasileira tem produzido inúmeras formas de sofrimento e de violações de direitos. Como encontrar estratégias de resistência e de defesa de um projeto societário pautado em princípios emancipatórios? O CRP SP convida a todas e todos para reflexão e debate sobre as políticas públicas, como preparação para o Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas. O evento será nos dias 7 e 8 de junho em Belo Horizonte.

Seminário Estadual Psicologia e violências estruturais: 130 anos de abolição

"Aboliram a escravidão, não a condição", afirmou Esmeralda Ribeiro. O seminário realizado em maio no CRP SP debateu as perspectivas da atuação profissional comprometida com a eliminação do racismo que permanece presente em nosso cotidiano de diversas formas. O objetivo do seminário foi dialogar sobre práticas psicológicas que caminhem para uma transformação da sociedade, considerando que o racismo está profundamente relacionado com a produção do sofrimento psíquico da população negra.



Em decorrência de sentença judicial, oriunda dos autos de nº 0021418-35.2010.4.03.6301, proferida pelo Juizado Especial Cível de São Paulo, esclarece-se que as imagens (abaixo) divulgadas no Jornal PSI, edição de junho/julho de 2009, tiveram como autor o repórter fotográfico Sr. Helcio Toth Renda, MTb sob o nº 246RF/0001/001.





V CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

PSICOLOGIA, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS AVANÇOS E DESAFIOS

14 A 18 DE NOVEMBRO DE 2018
UNINOVE - CAMPUS MEMORIAL - SÃO PAULO - SP

20/06 - Encerramento do prazo para inscrição de trabalhos

WWW.CIENCIAEPROFISSAO.COM.BR

(61) 99172-1508 | congresso@cienciaeprofissao.com.br

 facebook.com/cienciaeprofissao  [@psicologia_cbp](https://twitter.com/psicologia_cbp)  [@psicologia_cbp](https://instagram.com/psicologia_cbp)

REALIZAÇÃO:



APOIO:

